

Proteção da Democracia

Pilotis da PUC-Rio fica lotado para a leitura de carta democrática



Foto: Ericka Levigard

A PUC-Rio sediou o “Pilotis pela Democracia” na quinta-feira (11). O ato foi convocado pela Associação dos Docentes da Universidade, apoiada por 26 organizações de diferentes setores. Às 11h, os pilotis do Edifício Kennedy ficaram lotados para a leitura da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”, formulada pela Faculdade de Direito da USP. Localizada na Gávea, a PUC marcou a luta pelo restabelecimento da democracia em 1977.

“Estado Democrático de Direito sempre!”

A solenidade durou 50 minutos e contou com a participação de funcionários e alunos da PUC-Rio de diversos departamentos. A concentração começou com 2h de antecedência. Os pilotis não suportaram a quantidade de pessoas, que se amontoaram ao redor do palco, nas escadas e em cima de bancos de concreto. A mediação foi realizada pela professora de Ciências Políticas Alessandra Maia, que iniciou o ato suprapartidário e apresentou as associações apoiadoras. A leitura da carta foi dividida entre os docentes, aplaudidos pela

multidão. A cerimônia finalizou com o brado “Estado Democrático de Direito sempre” e um coro improvisado do hino nacional.

(Re)afirmação da democracia

Leonardo Ribas é doutor em Direito pela PUC-Rio e membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. Criada em 2018, a ABJD é uma associação civil sem fins lucrativos que objetiva denunciar as violações de direitos e assegurar acesso e decisões judiciais justas. Segundo Ribas, o regime democrático está em permanente construção e deve ser estabelecido como uma instituição social.

“Nós estamos vendo claramente que a crise da democracia não é um assunto meramente literário ou acadêmico, como tem sido colocado por vários autores. Esse problema é constatado empiricamente pela sociedade, todos os dias. O atual governo brasileiro tem feito de tudo para destituir órgãos de participação popular, de controle social de políticas públicas e desmobilizar instituições fundamentais, como o voto secreto através das urnas eletrônicas. A democracia não é um ato, mas uma construção permanente e nós devemos reafirmá-la”, defendeu.

Memória de Raul Amaro combate tempos sombrios

A coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes Raul Amaro da PUC-Rio, Francisca Cardoso, foi uma das pessoas que leram a “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”. A estudante de Ciências Biológicas tem 22 anos e acredita que o “Pilotis pela Democracia” foi um momento histórico da Universidade.

“Este é um dia muito significativo, que marca a retomada de um espaço que é do movimento estudantil há décadas. Inclusive, amanhã é 12 de agosto, dia em que a família do Raul Amaro soube que ele foi morto, em 1971. O DCE leva o nome dele para que as pessoas não esqueçam aqueles que foram nossos e se perderam diante da violência extrema da Ditadura Militar. Não podemos deixar isso voltar. A carta defende o básico, mas a sua leitura é importante... ainda mais nos tempos sombrios em que vivemos”, afirmou.

Sobreviventes da Ditadura Militar à favor da democracia

Um arquiteto e urbanista que pediu para não se identificar lutou contra o regime ditatorial, entre o fim da década de 60 e início dos anos 70. Apesar de ter perdido um rim pela tortura em um pau de arara e amigos que morreram na Guerrilha do Araguaia, o idoso diz que “não quer se fazer de vítima”. Para ele, são os jovens que devem promover a revolução.

“Eu estou aqui hoje pensando nos meus filhos e nos meus netos. O futuro são vocês. Nós já passamos por isso. Precisamos acreditar na democracia limpa e real, com direitos a todos. Que mundo é esse que não se respeita alguém que é negro, LGBTQIA+? As pessoas estão passando fome. Isso não é democracia! Quem tem que mudar o país são vocês e o papel da comunicação é fundamental nesse processo. Ela não pode ser neutra”, argumentou.

Em maio de 1977, a PUC-Rio foi marco da luta pelo restabelecimento da democracia. Quarenta e cinco anos depois, os militares foram retomados para a proteção do regime democrático e a concertação por uma política que não tolera autoritarismo ou violência.

Reportagem de Ericka Levigard

Turma 2IB